

DA CONCEPÇÃO AO PROJETO DE EXECUÇÃO: A GÊNESE DOCUMENTAL DOS ARQUIVOS DE ARQUITETURA

Resumo: Este trabalho de pesquisa tem como objetivo compreender como tem-se comportado os principais atores no que se refere a produção, acumulação e organização dos documentos arquitetônicos no Brasil, a saber, o arquiteto e o arquivista. Descreve as questões principais que envolvem a organização dos arquivos de arquitetura e o estado da arte atual. Dentre elas, os conceitos, a natureza dos documentos de arquitetura e suas diferenças e similitudes com os documentos cartográficos. Enfoca o projeto de arquitetura como processo essencial na produção e acumulação de documentos, além de expor sua estrutura, fases e documentos gráficos típicos. Por fim, descreve as peculiaridades desses arquivos e seus impactos sobre a produção documental e tratamento arquivístico.

Claudio Muniz Viana

Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (2012), Especialista em Planejamento, Direção e Organização de Arquivos pela Universidade Federal Fluminense e Arquivo Nacional (2008), Arquivista do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Sistema
e-mail: munizviana@fau.ufrj.br

Palavras-Chave: arquivos de arquitetura; gênese documental; acumulação documental; projeto de arquitetura.

FROM DESIGN PROJECT TO THE EXECUTIVE PROJECT: THE DOCUMENTARY GENESIS OF THE ARCHITECTURAL RECORDS.

Abstract: This research aims to understand how has performed the major actors as regards the production, accumulation and organization of architectural documents in Brazil, namely the architect and archivist. It describes the main issues involving the organization of architectural records and the current state of the art. Among them, the concepts, the nature of the architectural documents and their differences and similarities with the cartographic documents. It focuses on the architectural project as essential process to the production and accumulation of documents, in addition to exposing its structure, phases and typical graphic documents. Finally, it describes the peculiarities of these records and their impact on the production of documents and archival processing.

Keywords: architectural records; documentary genesis; accumulation of documents; architectural project.

1 INTRODUÇÃO

As fontes documentais e as fontes iconográficas, provenientes da arquitetura, urbanismo e engenharia são testemunhos capazes de ilustrar os problemas e matizes encontrados pelos arquivistas na organização de fundos ou dos conjuntos documentais acumulados, principalmente quando estamos tratando de documentos contemporâneos, além de serem insumos básicos para a construção de uma pesquisa científica.

O arquivista tem como missão precípua a organização, disseminação e conservação das informações constantes dos documentos arquivísticos, por isso torna-se fundamental que este profissional busque parâmetros científicos que fundamentem e atestem sua intervenção nos arquivos. Além disso, toda ciência que deseja alcançar seus objetivos e finalidades, necessita recorrer a outros ramos do conhecimento humano, sem os quais em modo algum poderia obter êxito (SÁNCHEZ PRIETO, 2000, p. 709).

Desta maneira, considerando que existem recursos informacionais no âmbito dos arquivos de arquitetura, gerados pelos impactos das tecnologias da informação e comunicação no campo da arquitetura, principalmente no que diz respeito à elaboração das etapas do projeto arquitetônico, este presente trabalho de investigação científica incide basicamente sobre os estudos da produção e acumulação documental em arquivos de arquitetura e urbanismo.

Conhecer como tem se comportado os campos do conhecimento e os atores envolvidos com as questões postas pelo tratamento técnico-documental dos arquivos de arquitetura, pode nos fornecer bases sólidas para a aplicação de metodologias arquivísticas e implementação de projetos de organização.

Creemos que este trabalho pode contribuir para uma aproximação, ainda maior, entre a ciência da informação, a arquivística e a arquitetura, visto que esta última produz documentos e arquivos como fontes de informação e registros imprescindíveis para as duas primeiras, nos quais manifestam um modo de conceber e planejar a vida do homem em sociedade, revelando através de seus projetos arquitetônicos todas as inovações, tecnologias e adequações exigidas pelas demandas sociais e culturais ao longo dos anos.

Neste contexto, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, pretendemos responder a uma questão central: que condicionantes e peculiaridades dos arquivos de arquitetura impactam sobre a produção documental e tratamento arquivístico?

O objetivo geral deste trabalho é compreender como tem-se comportado os principais atores no que se refere a produção, acumulação e organização dos documentos arquitetônicos no Brasil, a saber, o arquiteto e o arquivista.

Para consecução deste objetivo proposto baseamo-nos na metodologia de estudo exploratório qualitativo, fundamentada da seguinte maneira:

- Revisão de literatura da área em âmbito nacional e estrangeira para identificar artigos, livros, periódicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado e demais pesquisas científicas referentes aos seguintes temas deste estudo exploratório: arquivos de arquitetura e urbanismo, projetos de arquitetura, produção documental, acumulação de documentos, identificação, tratamento técnico-documental.

Consideramos importante sublinhar a dificuldade na localização de literatura nacional específica sobre os temas diretamente ligados a arquivos de arquitetura, o que nos levou a investigar as fontes de outros países.

O recorte temporal definido foi a partir da segunda metade do século XX, até os dias atuais. No desenvolvimento desta proposição, adotamos a seguinte subdivisão:

O primeiro capítulo apresenta a introdução, objetivo e metodologia, problematizando e justificando o trabalho de pesquisa. O segundo capítulo é dedicado às questões principais que envolvem a organização dos arquivos de arquitetura e o estado da arte atual. Dentre elas, os conceitos, a natureza dos documentos de arquitetura e suas diferenças e similitudes com os documentos cartográficos.

O terceiro capítulo enfoca o projeto de arquitetura como processo essencial na produção e acumulação de documentos, além de expor sua estrutura, fases e documentos gráficos típicos.

O quarto capítulo é dedicado à apresentação de modelos de tratamento de arquivos de arquitetura observados na literatura arquivística. Enquanto, no quinto capítulo, tecemos algumas considerações finais do trabalho, apresentando em seguida as referências utilizadas para a sua construção.

Assim, esperamos que esta pesquisa traga contribuições teóricas e metodológicas para os campos da CI e arquivística, subsidiando processos de organização documental em arquivos de arquitetura.

2 ARQUIVOS DE ARQUITETURA: O ESTADO DA ARTE

Quando nos remetemos à história das sociedades, descobrimos que os documentos de arquitetura já estavam presentes nas primeiras evidências que se tem notícia sobre a existência dos arquivos nas sociedades pré-clássicas. Inicialmente, apresentavam-se sob a forma de testemunhos gráficos, cartográficos e iconográficos, considerados como herança das civilizações do Médio Oriente e região da Mesopotâmia:

[...] A tipologia era muito variada, estando já então definidas as principais categorias que integram os arquivos de época mais recente: cartas régias, tratados internacionais, actas, missivas, contratos, assentos contabilísticos, censos, etc. Nem mesmo estão ausentes os documentos **cartográficos**, como por exemplo, a placa legendada em caracteres cuneiformes, do século XIII a.C., com a representação de Ninive ou o papiro egípcio com a **planta topográfica** das minas de ouro Gebel. (SILVA; RIBEIRO, 1999, p. 46, grifo nosso).

A história da humanidade revela que, desde os tempos mais remotos, o homem sempre buscou refletir através do desenho a sua visão sobre o espaço a sua volta; esforçava-se para representar a superfície terrestre, registrando essas informações em suportes disponíveis naquele momento, como por exemplo, em placas de argila, peles de animais e pedras rochosas.

Séculos mais adiante, com o desenvolvimento de outros suportes mais flexíveis e adequados ao arquivamento, sobretudo o papel, o homem sentiu a necessidade de registrar representações sobre características físicas de terrenos por ele ocupados, a fim de orientar-se, conhecer, ou até mesmo dominar determinado território. Deste intento nasceram os primeiros croquis, antes mesmo da própria escrita.

Com o passar do tempo, através do traço linear, o homem começa a expressar aspectos que deveriam ter uma construção, uma cidade ou uma rua, de forma a guiar-se na execução desse projeto, originando as primeiras plantas de arquitetura e engenharia (CARRASCAL SIMON; GIL TORT, 2008, p.15).

Neste sentido, um levantamento historiográfico sobre as origens do documento de arquitetura conduz-nos a um amplo universo documental e, por tanto, à riqueza de matizes face às circunstâncias e motivos que inspiraram sua confecção: fatores políticos, econômicos, sociais e culturais.

Podemos inferir, inclusive, que a relação existente entre a arquitetura e as disciplinas que lidam com a informação não é recente; em sua origem, os documentos de arquitetura, como constatado até aqui, estão presentes desde a construção dos primeiros arquivos pelo homem, entrelaçando-se com as origens da própria arquivística.

Contudo, é somente após a Segunda Guerra Mundial que ocorre um estreitamento das relações interdisciplinares entre a arquitetura e a arquivística, principalmente por estímulos de alguns fatores: aumento do volume documental devido aos desenvolvimentos tecnológicos dos meios de comunicação e transmissão de dados, novas técnicas de elaboração dos documentos, necessidade de garantir a conservação dos documentos e necessidade de métodos mais eficazes para o tratamento arquivístico. Além disso, é importante acrescentar que do ponto de vista das práticas arquivísticas, neste período inicia-se um alargamento do espectro de interesse desta área em direção a todo e qualquer suporte físico em que estiver registrada a informação orgânica.

Entretanto, no caso dos arquivos de arquitetura soma-se o fato de que as características de suporte físico (diversidade, fragilidade e formato em grandes dimensões), conteúdo informacional (representações gráficas, terminologia e linguagem específica), acessibilidade, diferentes modelos de tratamento e incorporação de novos elementos ao projeto de arquitetura, sabor de inovações e tecnologias desenvolvidas tanto pelo campo da administração como pelo campo da arquitetura ao longo dos séculos XIX e XX, traz ainda mais dificuldade à proposição de soluções na organização da massa documental acumulada.

Ademais, as reflexões em torno dos conceitos e problemas vivenciados nos arquivos de arquitetura começaram a se tornar mais dinâmicos somente a partir da segunda metade da década de 1980, principalmente sob a forte influência do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), culminando com a constituição de grupos de trabalhos e fóruns permanentes de discussão com objetivo de desenvolvimento de novas metodologias para o tratamento técnico-documental nesse campo específico. É importante ressaltar que os resultados desses esforços iniciais começaram a surtir efeitos mais evidentes somente a partir do início dos anos de 2000,

ou seja, mais tardiamente do que nos arquivos estritamente administrativos das instituições públicas.

Consideramos como propulsor deste movimento intelectual a criação em 1982 de um grupo de trabalho especializado pelo CIA, o qual se transformaria em 1988 em uma seção provisória e que, em 2000, teria seu estatuto de Seção de Arquivos de Arquitetura (SAR) aprovado em plena realização do XIV Congresso Internacional de Arquivos de Sevilha (BLANCO, 2003, p. 9).

Dando prosseguimento aos seus objetivos definidos em seu estatuto, em 2003 a SAR organizou o I Congresso Internacional de Arquivos de Arquitetura em Alcalá de Henares, Espanha. Um grupo de universidades e instituições arquivísticas foram os representantes do Brasil neste congresso, dentre os quais, o Núcleo de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD – FAU – UFRJ), representado pela arquiteta e professora Elizabete Martins; a Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), representada pelo professor Leonardo Barci Castriota e a Universidade Federal Fluminense (UFF), representada pela professora Marlice Azevedo.

A realização deste congresso foi considerada um espaço dedicado a discussões e reflexões em torno de experiências e problemas apresentados no campo específico de arquivos de arquitetura, organizado basicamente em quatro eixos principais (BLANCO, 2003, p.10):

- A produção das séries documentais em arquitetura e a identificação das instituições que as tem dado origem;
- O tratamento técnico-documental, incluindo estudos sobre a identificação e descrição de tipos documentais;
- Conservação e seleção de documentos;
- A pesquisa científica e disseminação de informações dos arquivos de arquitetura.

Além desses temas, foram abordados problemas específicos ligados às peculiaridades destes documentos, como por exemplo:

- A degradação dos suportes físicos, principalmente devido à acidez do papel, ao uso cotidiano do papel vegetal e de diferentes tipos de cópias;

- O crescimento em progressão geométrica da documentação de arquitetura, cujo acúmulo inviabilizava sua difusão e causava uma incapacidade de administração e conservação dos arquivos;
- O impacto das novas tecnologias de informação e comunicação sobre os arquivos de arquitetura.

Ao final desse grande fórum de discussões técnicas e científicas, foi sublinhada a necessidade de proteger o patrimônio documental de arquitetura como valor cultural de uma nação. Foram elaboradas as seguintes recomendações gerais (RECOMENDACIONES, 2004):

- Criação de um grupo de trabalho multidisciplinar para desenvolver estratégias de conservação a longo prazo e de acesso aos arquivos de arquitetura;
- Desenvolvimento de um grupo de trabalho pela SAR que traçasse a confecção de um guia de fontes de arquitetura a serviço dos pesquisadores;
- Que a SAR traçasse recomendações que conduzissem ao alcance de um nível ótimo no tratamento de arquivos de arquitetura autênticos em meio eletrônico;
- Que um grupo de trabalho, representativo das organizações arquivísticas e arquitetônicas, fosse encarregado da compilação e delineamento de recomendações sobre assuntos relativos aos direitos de propriedade intelectual, os quais foram considerados importantes para a conservação, acesso e uso dos documentos de arquitetura;
- Manutenção do congresso virtual como fórum e ponto de encontro internacional, com finalidade de garantir uma colaboração contínua e um intercâmbio de informação entre as pessoas responsáveis pela documentação arquitetônica;
- Realização, a cada dois anos, de congressos de arquivos de arquitetura¹.

Dentre os participantes do I Congresso de Arquivos de Arquitetura, nos chama a atenção que alguns deles já vinham participando de encontros e grupos de trabalho sobre as questões de acumulação documental em outros tipos de arquivos da Espanha, dentre eles, Maria Luisa Conde Villaverde, a qual participou nos anos de 1990 de vários grupos de trabalho e fóruns sobre o problema de acumulação de fundos arquivísticos nas administrações espanholas, especificamente nos arquivos administrativos.

Neste congresso, esta autora apresenta um projeto de organização dos fundos acumulados do Ministério de Obras Públicas espanhol, provenientes de atividades

¹ Através da revisão de literatura deste trabalho, constatamos que esta recomendação não foi bem-sucedida, pois não houve mais a realização de congressos de arquivos de arquitetura.

Ponto de Acesso, Salvador, v.9, n.2, p. 123-155, abr. 2015
www.pontodeacesso.ici.ufba.br

arquitetônicas, custodiados pelo *Archivo General de la Administración*. Ela descreve e apresenta neste encontro os processos investigatórios da identificação, as etapas metodológicas, os instrumentos utilizados e os resultados satisfatórios obtidos no projeto de organização (CONDE VILLAVERDE, 2004b).

De forma semelhante aos estudos preliminares que antecedem o início de uma obra arquitetônica, Conde Villaverde sublinhou a necessidade de estudos preliminares antes de qualquer intervenção técnica por parte dos arquivistas nos processos de organização documental. Segundo a autora “as peculiaridades destes fundos determinam, em grande parte, as condições de seu tratamento, por isso é imprescindível analisar aquelas para poder compreender estas” (CONDE VILLAVERDE, 2004b, p. 132, tradução nossa).

Nesta fase de estudos preliminares realizados pela autora, ela descreve alguns problemas identificados nos arquivos de arquitetura, destacando a “invisibilidade” ou o não reconhecimento dos tipos documentais pelos arquivistas, bem como a existência de uma característica singular nos documentos de arquitetura: uma dimensão artística que condiciona algumas rupturas no contexto orgânico dos documentos (CONDE VILLAVERDE, 2004b, p. 132). Segundo a autora:

Em muitas ocasiões, embora tratando-se de projetos oficiais que desenvolvem-se em âmbito público e por tanto o sujeito produtor seja claramente o organismo encarregado da construção de que se trata, a personalidade do arquiteto adquire uma dimensão artística e/ou técnica de tal magnitude que acaba convertendo-se em um autêntico eixo de todo o contexto, de forma que, no momento de vincular os documentos com seu entorno se obscurece o autêntico organismo produtor, e acaba-se criando uma coleção de projetos ou de plantas mais emblemáticas de um arquiteto singular. (CONDE VILLAVERDE, 2004a, p. 126, tradução nossa).

Manuel Blanco, professor da cadeira de composição de arquitetura, na Universidade Politécnica de Madrid e diretor do I Congresso Internacional de Arquivos de Arquitetura em Alcalá de Henares também compartilha esta visão apresentada acima por Conde Villaverde, afirmando que é inquestionável a importância do valor artístico e de prova dos documentos arquitetônicos no processo de tomada de decisão das ações públicas e privadas em relação a sua conservação e preservação e acrescenta:

A característica adicional de trabalho artístico da grande parte da documentação arquitetônica, com inerente valor artístico independentemente do trabalho que representa, ainda mais complica o problema. Em muitos casos isto leva a ruptura ou desmembramento da unidade documental do projeto e frequentemente leva a ser conservada a parte da documentação

considerada de maior valor artístico. (BLANCO, 2004, p. 297 tradução nossa).

Os fundos arquivísticos arquitetônicos, como objeto do projeto de organização implementado por Conde Villaverde no *Archivo General de la Administración* eram originários de Ministérios ou de órgãos extintos, não haviam sido submetidos a nenhum tratamento arquivístico e tão pouco possuíam estudos ou manuais, nos quais contivessem informações para auxiliar na elucidação de quais foram os produtores e quais funções representavam. Não havia informações sobre o período que deveriam ser mantidos ou eliminados e existiam apenas poucos instrumentos de descrição (CONDE VILLAVERDE, 2004b, p. 134).

Para obter sucesso nesse desafio, a autora subdividiu o processo de organização em etapas: a primeira foi o processo de identificação, em aplicação do princípio de respeito aos fundos em arquivos. Em seguida, foi posto em prática um levantamento que elucidava questões sobre os documentos produzidos em cada recorte cronológico e quais funções e atividades lhes davam origem. Por fim, foi elaborado um quadro de recopilação das normas que regulavam os procedimentos dos documentos de arquitetura (CONDE VILLAVERDE, 2004b, p. 134).

Por fim, com a aplicação de instrumentos específicos, foi possível a identificação das séries, que segundo a autora, seria a unidade básica para o tratamento arquivístico, permitindo a constituição dos fundos arquivísticos e a posterior representação em plano de classificação dos documentos. Dentre os tipos documentais, identificou os processos de restauração de edifícios e ordenação; dentre as espécies, os projetos, as plantas, as medições, os planos populacionais, os croquis e as fotografias do andamento da construção (CONDE VILLAVERDE, 2004b, p. 138).

O sucesso deste trabalho apresentado por Conde Villaverde comprova a consolidação e pertinência de metodologias arquivísticas em arquivos de arquitetura; cabendo-nos frisar que Conde Villaverde foi uma das grandes contribuintes teóricas para a consolidação dos conceitos e práticas de identificação arquivística nos anos de 1980 e 1990 na Espanha, tendo também uma intensa participação no grupo ibero-americano de gestão de documentos administrativos do comitê de arquivos administrativos do CIA no sentido de estender este método arquivístico para outros países ibero-americanos.

No Brasil, as repercussões das questões discutidas no I Congresso Internacional de Arquivos de Arquitetura resultaram em uma série de artigos, encontros e seminários, organizados por instituições públicas arquivísticas, universidades e pesquisadores que participaram deste encontro na Espanha.

Nesse contexto, em 2006, a Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB) publicou uma recomendação para realizar na cidade do Rio de Janeiro o II Congresso Internacional de Arquivos de Arquitetura (INFORMATIVO ..., 2006). Embora este encontro não tenha sido realizado até a presente data, demonstrou um esforço de uma associação de reconhecimento nacional em tentar engajar a comunidade arquivística brasileira no âmbito das discussões sobre os arquivos de arquitetura.

Neste mesmo ano, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), através da Portaria nº 80 de 13 de junho de 2006 criou a *Câmara Setorial de Arquivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo* que tem como objetivo a realização de estudos, propor diretrizes e normas no que se refere à organização, à guarda, à preservação, à destinação e ao acesso de documentos integrantes de arquivos de arquitetura, engenharia e urbanismo (BRASIL, 2006). Integram esta câmara: O NPD-UFRJ, o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Fundação Oscar Niemeyer, a Casa de Lúcio Costa e a UFF, esta última, representada pelas professoras Maria Odila Fonseca e Marlice Azevedo.

Em outubro de 2008, com a participação ativa dos arquitetos brasileiros, teve prosseguimento das discussões no âmbito dos arquivos de arquitetura, com a realização do *1º Seminário Latino-americano de Arquitetura e Documentação*, organizado pela UFMG e pelo Centro Latino-americano de Documentação de Arquitetura (CEDODAL), sediado na Argentina. Este encontro contou também com a colaboração de diversas universidades brasileiras, dentre elas, a UFRJ, representada pelo NPD e pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura (PROARQ).

Neste encontro celebrou-se a criação da *Rede Latino-Americana de Acervos de Arquitetura e Urbanismo* (RELARQ), a qual representa a criação de uma base de cooperação entre diversas instituições brasileiras e latino-americanas, com o objetivo de reunir, em um único catálogo online, as informações sobre acervos de arquitetura de diversas instituições (CASTRIOTA et al, 2010). Discutiuiu-se também a rica relação entre a arquitetura e a documentação, enfocando a contribuição desta para o campo da história da arquitetura e do

urbanismo, bem como a importante questão do tratamento técnico-documental destes arquivos na América Latina.

A edição seguinte deste encontro foi realizada em novembro de 2011, novamente na UFMG, e teve como público-alvo a comunidade profissional e acadêmica interessada na preservação do patrimônio, na história da arquitetura e do urbanismo e na arquivística em geral. Diferentemente da edição anterior, em 2011 dela passaram a constar temas de organização arquivística, o que mostra também uma busca de aproximação dos profissionais arquitetos nas discussões que envolvam as metodologias de organização arquivística.

Em setembro de 2011, desta vez com a participação ativa dos arquivistas brasileiros, ocorreu no Rio de Janeiro o Seminário Acervos de Arquitetura e Urbanismo: perspectivas e usos, organizado pela Casa de Oswaldo Cruz – Departamento de Arquivo e Documentação, como comemoração do lançamento do inventário do acervo de documentos cartográficos, referentes a diversos projetos arquitetônicos da construção de edifícios históricos da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Neste importante encontro brasileiro reuniram-se diversos arquitetos, arquivistas e historiadores de instituições brasileiras, como por exemplo, da própria FIOCRUZ, NPD-UFRJ, Arquivo Nacional e Instituto Brasileiro de Museus, contando com uma conferência internacional do arquivista português João Vieira, presidente da SAR/CIA.

Em 2010, outra pesquisadora ativa nas discussões sobre os arquivos de arquitetura que também participou das discussões empreendidas no I Congresso de Arquivos de Arquitetura, Marlice Azevedo, arquiteta e ex-coordenadora da Câmara Setorial de Arquivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo do CONARQ faz uma análise interessante sobre as causas de degradação e acumulação desordenada dos arquivos de arquitetura no Brasil.

Segundo a autora, a ameaça da perda, causada pela aceleração da degradação dos bens edificados no século XX ratifica que as exigências de novos usos e os processos de degradação dos bens edificados compartilham com a arquivística um alerta quanto à preservação dos bens documentais, componentes do projeto de arquitetura. Esta autora acrescenta que:

Mais recentemente se constata uma maior atenção a respeito da produção arquitetônica brasileira, especialmente moderna, resultado de um movimento de apreciação da memória nacional e também porque esses bens estavam em processo de deterioração e adaptação aos novos usos. Demolições e intervenções pontuais constituíram um alerta para uma atuação mais cuidadosa em quanto à preservação desses bens e a necessidade de localizar

esses projetos, buscando informações mais precisas em respeito a sua concepção para melhor instrumentar essas intervenções. (AZEVEDO, 2010, p. 42).

Ainda segundo Azevedo (2010, p. 39), até então, a arquitetura e urbanismo do Brasil não havia elegido como uma de suas prioridades a conservação dos seus arquivos e isso se deve a alguns fatores principais:

- O fato preconizado pela gestão de documentos na avaliação da expressão artística que o documento pode conter, não se aplica ao documento de arquitetura, pois esse valor já está expresso na própria obra edificada;
- A inexistência de uma política de avaliação, específica para os arquivos de arquitetura, normas de descrição e conservação dificultam o acesso e a pesquisa científica.
- O próprio movimento de rupturas urbanas, causadas pelas reurbanizações e demolições para novas construções refletem um distanciamento do projeto edificado e os fundos arquivísticos.
- E, por último, conforme própria afirmação da autora:

Na opinião de alguns autores do tema, os arquitetos modernistas não se preocupavam muito na defesa e conservação documental dos seus projetos de arquitetura, já que se caracterizavam por uma postura criativa e inovadora, pouco orientada ao passado e, por conseguinte, sem demasiada preocupação por deixar seu legado às gerações futuras. Talvez essa mentalidade predominasse e seja uma possível explicação da dispersão, extravio e perdas verificadas em muitos fundos documentais [...]. (AZEVEDO, 2010, p. 42).

De maneira semelhante à análise da pesquisadora acima, Nieuwenhuyusen e Peyceré (2000, p.22), uns dos autores do Manual de Arquivos de Arquitetura elaborado pelo CIA, utilizando o exemplo de dois arquitetos famosos, o francês Le Corbusier e o belga Victor Horta, respectivamente representantes daqueles que defendiam o valor artístico dos arquivos de arquitetura e daqueles que defendiam apenas o valor artístico da obra construída, salientam que poucos arquitetos possuem a convicção que o documento de arquitetura possui um valor artístico em si mesmo. Na perspectiva desses autores, muitos arquitetos defendem que as atenções deveriam estar voltadas somente para a obra executada ou construída, em detrimento dos documentos gerados pelo projeto, principalmente se este projeto não tiver sido levado adiante.

Outro autor que tem contribuído substancialmente para as discussões no Brasil e na América Latina é o arquiteto Ramón Gutiérrez, diretor do Centro Latino-americano de

Documentação de Arquitetura (CEDODAL), o qual foi um dos participantes atuantes do congresso de arquivos de arquitetura na Espanha, um dos fundadores da Rede Latino-Americana de Acervos de Arquitetura e Urbanismo (RELARQ) e tem colaborado em todas as edições do Seminário Latino-americano de Arquitetura e Documentação na UFMG.

Este autor realizou uma radiografia do estado dos arquivos de arquitetura na América Latina e segundo ele: “somente nos últimos anos começou a existir uma consciência acabada sobre o valor documental dos arquivos de arquitetura em nosso continente” (GUTIÉRREZ, 2001, p.10).

Afirma que o ponto crucial observado é a evidência que as reflexões em torno da organização e disseminação das informações constantes destes documentos são reduzidas, observando que os arquivos de arquitetura tem carecido de uma custódia específica, excetuando-se os arquivos públicos ou os escritórios de arquitetura, nos quais foram necessário preservá-los devido ao caráter operacional das plantas arquitetônicas. Essa tradição reflete-se em documentos acumulados e armazenados de forma irregular, destruídos ou dizimados pela falta de tratamento técnico-documental, ou pela busca de otimização de espaço físico, que atestaria o descarte “selvagem” dos documentos supostamente inúteis.

Neste contexto, Gutiérrez (2001) destaca que, apesar desta fragilidade, existem hoje vários arquivos de arquitetura na América Latina sediados em instituições públicas ou privadas, constituindo-se em sua maioria de centros de documentação e núcleos de pesquisa, principalmente nas universidades públicas. Estes têm sido os principais produtores de pesquisa nesta área, embora esses arquivos, de acordo com o ponto de vista deste autor, continuem sendo, em sua maior parte, inacessíveis aos pesquisadores e consulentes mais comuns, sendo ainda pouco conhecidos e utilizados.

De uma maneira geral, neste bojo, podemos deduzir que tendo seus arquivos afetados por uma acumulação documental, devido ao incremento de modernas tecnologias na produção e mudanças estruturais na própria sociedade que afetaram como esses documentos são produzidos, tanto arquivistas como arquitetos adotam uma postura desafiadora para organizar seus arquivos e buscar metodologias para tal empreendimento.

Contudo, não podemos desprezar possíveis causas para as situações de desordem e degradação documental apontadas tanto por Azevedo (2010) quanto por Gutiérrez (2001). Um fato que pode ter contribuído para agravar mais ainda a situação de alguns arquivos de arquitetura, inclusive no Brasil, é que, inicialmente, a organização desses arquivos foi baseada

em um perfil historicista e empírico, isolado da análise do contexto de produção dos documentos, deixando de levar a cabo o conhecimento do todo orgânico. Este fato pode ser comprovado se tomarmos como evidência as publicações de instrumentos descritivos, tais como catálogos e inventários típicos nestes arquivos, os quais foram elaborados segundo técnicas temáticas, ou seja, os desenhos arquitetônicos eram considerados itens individuais que em conjunto poderiam formar coleções documentais, agravando mais ainda a situação em que se encontravam.

Conde Villaverde e Vieira (2010, p. 14, grifo nosso) acrescentam que é muito frequente a custódia desses arquivos por instituições culturais diversas, ocasionando “processos documentais, planejamentos e **metodologias experimentais**”, longe de um método vinculado ao tratamento arquivístico e identificação de tipos documentais, podendo ser considerado como um fator na acumulação indiscriminada e desordenada.

Apesar de sua natureza especificamente documental, os documentos e processos de arquitetura não se custodiam somente em arquivos e em serviços arquivísticos de arquitetura. De fato esses tipos documentais (croquis, plantas, fotografias, maquetes, etc.) estão dispersos e divididos por todos os tipos de fundos e séries, independente da natureza das funções e dos objetivos encomendados ao produtor ou do tipo de jurisdição institucional [...]. (CONDE VILLAVERDE; VIEIRA, 2010, p.14).

Ainda segundo estes autores, a organização e tratamento técnico-documental dos arquivos de arquitetura devem ser entendidos como um estudo amplo sobre: “produção, acesso, uso, avaliação, organização, descrição, conservação, documentos digitais, direitos autorais, cooperação e trabalho em rede” (CONDE VILLAVERDE; VIEIRA, 2010, p. 15). E, principalmente, devem envolver o processo de gestão documental como em qualquer outro arquivo, pois as técnicas e funções arquivísticas foram desenvolvidas para a organização de qualquer documento orgânico, independente de que área do conhecimento se refira.

Para estes dois autores, para contrabalançar o discurso arquivístico e o discurso arquitetônico deveria ser posto em prática nesses arquivos os princípios estabelecidos pela gestão de documentos com a aplicação da função arquivística de avaliação e seleção. Assim, a escolha do que pode ser ou não preservado recai sobre a análise do arquivista, sendo pautada nos valores para fins administrativos, legais, fiscais ou de interesse de ordem cultural, histórica ou informativa que o documento possa conter. Contudo, reconhecem que os arquivos de arquitetura possuem algumas condicionantes que afetam a sua aplicação (CONDE VILLAVERDE; VIEIRA, 2010, p. 14) e que são:

- A dificuldade do acesso à informação arquitetônica, no qual a recuperação da informação pode abranger períodos demasiadamente amplos que requerem metodologias específicas de representação informacional e descrição para obter um nível satisfatório de recuperação e pertinência informacional;
- Especificidade do fundo arquivístico dos documentos arquitetônicos que geralmente apresentam estruturas complexas, linguagem, tecnologias utilizadas, códigos e métodos de inscrição no suporte muito diferentes e variados;
- Grande parte desses documentos incorpora-se um valor artístico, vinculado a uma propriedade intelectual e artística; um valor documental; um valor de prova; um valor financeiro e, por último, um valor patrimonial.

O que percebemos ao apresentar algumas reflexões sobre a situação dos arquivos de arquitetura, a partir das proposições e encontros estabelecidos pela SAR/CIA, é que passa a existir uma mudança gradativa na atuação tanto do arquivista como do arquiteto, os quais passam a ampliar as discussões para vários temas do tratamento arquivístico, dentre eles, a identificação, a gestão, a descrição e a disseminação da informação.

Assim, de maneira complementar a essas reflexões apresentadas, nos cabe aqui, contribuir com uma análise conceitual desse objeto que tantos profissionais tem se debruçado e analisado extensivamente: o arquivo de arquitetura.

2.1 O CONCEITO E A NATUREZA DO ARQUIVO DE ARQUITETURA

O que diferencia o documento arquivístico de outros documentos existentes é justamente o motivo de sua criação. Enquanto um livro, por exemplo, forma uma coleção determinada conscientemente por um indivíduo, o documento de arquivo tem um vínculo com o processo que o gerou.

Assim, num entendimento de produto de uma atividade ou função, os arquivos de arquitetura podem servir de fonte para o estudo das ações dos indivíduos e instituições em determinado momento. Mesmo as maquetes, por exemplo, como objetos tridimensionais, produzidos ao longo do projeto de arquitetura, podem servir de instrumentos e produtos de uma ação, podendo ser preservadas como prova e não por sua dimensão artística.

Tomando por base essas considerações apresentadas, as quais apontam para pontos cruciais de diferenciação de um documento arquivístico para outros documentos, acreditamos

que seja vital para esta pesquisa a adoção de uma definição de arquivos de arquitetura. Desta maneira, optamos pela seguinte conceituação de arquivo de arquitetura cunhada pela SAR em 1982:

[...] todo o material documental e anexo que se relaciona com a história, a teoria e a prática da arquitetura e de domínios relacionados sejam quais forem os suportes e as características físicas, criado ou recebido por organismos públicos ou privados no decorrer das suas atividades [...]. (BLANCO, 2003, p. 9).

Em um passo seguinte, não menos importante que a definição de arquivos de arquitetura é sua distinção de um documento próximo a ele em suas origens, estrutura e representação: o documento cartográfico, em especial o mapa.

2.2 A LINHA TÊNUE ENTRE O DOCUMENTO ARQUITETÔNICO E O DOCUMENTO CARTOGRÁFICO

Em um estudo acerca da natureza do documento arquitetônico e do cartográfico, dois autores espanhóis, Carrascal Simon e Gil Tort (2008, p. 16) sustentam que tanto a substância (elemento interno) quanto a estrutura (elemento externo) impõe-se um interesse advindo dos arquivistas e historiadores: objetivam o entendimento dessa substância, desse conteúdo informacional, que pode ser considerado uma fonte para desvendar múltiplos aspectos do passado.

Esse trabalho investigativo deixa transparecer de forma inequívoca as escolhas, as prioridades e a concepção da sociedade, inscrita através dos detalhes e traços do autor, que tenta responder ao desafio de fixar em duas dimensões aspectos e limites de elementos originalmente em três dimensões de uma sociedade dinâmica.

Um passo prévio ao estudo mais aprofundado sobre a gênese e acumulação de documentos provenientes de funções e atividades ligadas à arquitetura é estabelecer a diferenciação bastante tênue, porém, esclarecedora sobre o que é documento arquitetônico e o que é documento cartográfico.

O que interessa é precisamente o enigma desse sentido: zona semântica do documento cartográfico e do documento de arquitetura, levando em consideração, para questões de orientação, que as origens desses dois documentos têm semelhanças e evoluíram com o tempo e não podem ser dissociados da própria história dos conceitos. De antemão, é necessário precisar, ao menos provisoriamente, o conteúdo e a diferenciação dos dois termos

subentendidos no conjunto das práticas dos campos do saber envolvidos: a cartografia, a arquitetura e a arquivística.

As definições que incidem sobre as duas espécies documentais mais comuns nos campos de arquitetura e cartografia, a saber, planta e mapa, configuram certo grau de naturalidade no trato cotidiano de profissionais da ciência da informação, dentre eles, o arquivista. Por isso, partimos do princípio que demonstrar características que as unem e as diferenciam podem facilitar a compreensão de conceitos de ambos os campos e facilitar a identificação e levantamento de tipos e espécies documentais específicos do campo arquetônico.

Carrascal Simon e Gil Tort (2008, p. 17) expõe a utilidade de explicar a terminologia usada em centros de documentação, chamando a atenção para uma mistura de significados entre os termos *planta* e *mapa*. Segundo estes autores, uma planta de urbanismo, por exemplo, segue um mesmo objetivo de descrever graficamente um território ou parte dele, característica comum também a um mapa. Por esta razão são tratados como se fossem documentos iguais, fazendo com que às vezes o termo *planta* ou *mapa* sejam utilizados de forma indiscriminada para referir-se a um mesmo documento.

Outras semelhanças entre a planta e o mapa são: o formato em dimensões não convencionais, às vezes, superiores ao formato A0² e o uso de símbolos ou sinais, os quais são regulamentados por um arcabouço normativo que exige do pesquisador conhecimentos específicos dessa linguagem.

Segundo Fillion (1998, p. 229) um consenso universal seria impossível em diferenciar um mapa e uma planta, no entanto afirma que “o plano difere do mapa pelo fato de a superfície ilustrada ser relativamente mais restrita”. Para ilustrar seu estudo ele utiliza os exemplos de dois arquivos nacionais: o francês e o canadense em que a diferenciação é feita através da escala³. No caso do Arquivo Nacional de Quebec, a escala do mapa teria um limite de 1:10.000, enquanto no Arquivo Nacional da França, o limite seria de 1:20.000. Os documentos gráficos com valores abaixo dessas duas escalas seriam classificados como plantas.

² O formato básico para desenhos técnicos é o retângulo de área igual a 1 m² e de lados medindo 841 mm x 1189 mm.

³ Segundo o Dicionário de Arquitetura Ilustrada a escala é a “relação de proporções entre um terreno, uma edificação, uma parte desta ou um elemento de construção, e a sua representação, usualmente gráfica” (ALBERNAZ; LIMA, 2000, p. 229). É particularmente utilizada no desenho arquetônico.

Ponto de Acesso, Salvador, v.9, n.2, p. 123-155, abr. 2015

www.pontodeacesso.ici.ufba.br

No Brasil os dicionários de terminologia arquivística trazem definições variadas sobre estes documentos. O Dicionário de Terminologia Arquivística utiliza o recurso das escalas como característica expressiva de diferenciação: as plantas estariam em uma escala inferior a 1:20.000, enquanto os mapas acima deste valor (CAMARGO; BELLOTTO, 1996), ao passo que, no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística as definições destes documentos comportam uma aparente equivalência, não os diferenciando pela escala, mas conferindo ao conceito de planta uma dimensão cartográfica ao incluí-la na definição do termo *documento cartográfico*:

Gênero documental integrado por documentos que contêm representações gráficas da superfície terrestre ou de corpos celestes e desenhos técnicos, como **mapas, plantas**, perfis e fotografias aéreas. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 74, grifo nosso).

Nesta definição acima, pode-se constatar uma perspectiva pragmática, contudo é necessário um aprofundamento conceitual, principalmente quando estivermos nos referindo à planta como um documento *cartográfico*, pois estaríamos indicando uma aproximação para outra disciplina científica: a cartografia, que segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012) representa:

Um conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo como base os resultados de observações diretas ou a análise de documentação já existente, visa à elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão gráfica ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como sua utilização.

Usualmente, o processo técnico que envolve a cartografia tem como produtos característicos: o mapa, o atlas e a carta geográfica, considerados as espécies documentais mais comuns neste campo do conhecimento, ao passo que, a planta é geralmente associada ao processo técnico de concepção arquitetônica e urbanística, bem como aos cálculos de engenharia. Desta forma, é importante entender que ela é um produto de atividades de diversos profissionais como algo resultante de um conhecimento específico e visa ilustrar a concepção e a construção de uma obra, quer esta seja fixa ou móvel e não se refere a cartas geográficas, como ocorre com um mapa (FILLION, 1998, p. 229).

Apesar das relações diferentes que mantêm entre si, respectivamente, um mapa ou uma planta arquitetônica, um consenso é que eles compartilham uma noção consubstancial de modo permanente: estão relegados inexoravelmente ao passado, à história em geral ou à história da arte em particular.

Por fim, enfatizamos que analisar o uso desses dois termos e conhecer os diferentes atores e campos científicos envolvidos é fundamental, pois a naturalização do uso do termo *planta* poderia comprometer um futuro estudo de levantamento de tipos documentais em arquivos de arquitetura e, conseqüentemente, estaríamos usando um critério reducionista.

Sabe-se que as plantas são em grande parte as responsáveis pelo interesse dos historiadores e pesquisadores, mas devemos sublinhar que elas não são as únicas representantes dos arquivos de arquitetura. Existem além delas muitos documentos e espécies documentais aptas a serem exploradas e investigadas, mas para isso, devemos conhecer o projeto de arquitetura, uma unidade documental indissociável que impacta sobre a acumulação documental nesses arquivos.

3 O PROJETO DE ARQUITETURA: UM PONTO CENTRAL NA GÊNESE DOS DOCUMENTOS ARQUITETÔNICOS.

Conhecer como são produzidos os documentos de uma instituição ou pessoa física tem sido bem difundido e aceito pelos arquivistas como o aspecto inicial e básico para investigar como se comporta uma estrutura de um arquivo ou um fundo arquivístico. Sem esquecer que “este tipo de análise também permite averiguar o modo de expedição dos documentos” (CRUCES BLANCO, 2010, p. 206).

No bojo dos elementos da gênese documental arquitetônica, as plantas de arquitetura, que em algumas ocasiões, podem possuir um caráter individualizado, contudo, em geral, integram um conjunto mais amplo de documentos gráficos que se inter-relacionam e que dizem respeito a um mesmo objeto, ou seja, uma edificação. Para Carrascal Simon e Gil Tort (2008, p. 18), neste último caso, esses documentos formariam uma unidade documental denominada projeto de arquitetura. O conhecimento desta estrutura documental básica que se produz e se acumula documentos é de interesse para o arquivista que tem como desafio a organização e a identificação.

Igualmente, os estudos das diversas normas elaboradas e usadas no processo de concepção e execução do projeto arquitetônico, relacionadas com a construção, com as obras públicas, com os trabalhos de arquitetura e urbanismo, permitem não só conhecer a instituição

ou pessoa física que expediu ou recebeu a documentação, como também o próprio procedimento administrativo que afeta um determinado conjunto documental.

Segundo Cruces Blanco (2010, p. 209, tradução nossa):

Conforme avança o tempo estas normas são mais precisas e claras, abundantes em datas, contudo herdeiras de procedimentos e tipos documentais bem conhecidos desde o século XVI, como indicamos: especificações; memoriais descritivos; cadernos de encargos e serviços; certificações; avaliações técnicas; atas de licitações e leilões; plantas e desenhos; rascunhos e anotações preparatórias.

Para Patrícia Ferreira (2008, p. 1) a ligação estreita existente entre a arquitetura e a arte seria um fator que dificultaria a adoção de normas e convenções, pois poderiam inibir o exercício da criatividade do arquiteto. No entanto, a autora reforça que ao representar graficamente um objeto arquitetônico é necessário a normatização, afim de que seja garantido ao maior número de pessoas com diferentes graus de conhecimento a leitura desses documentos.

Gildo Montenegro (1997, p. 25) acrescenta que as normas procuram dar uniformidade ao documento gráfico, de modo a facilitar a execução, o uso, a consulta e a classificação no arquivo.

Tanto Patrícia Ferreira (2008) como Gildo Montenegro (1997) referem-se como uma das mais importantes normas e convenções brasileiras para a elaboração do projeto de arquitetura o código de obras⁴ e a NBR-6492:1994⁵ da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Além destas, apresentamos outras importantes normas que traçam esta produção documental:

- A resolução do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil CAU/BR n° 21/2012 que dispõe sobre as atividades e atribuições do arquiteto e urbanista, estabelecendo o uso e definições de diversas espécies documentais elaboradas no projeto arquitetônico;
- A NBR 10582:1988 que define a apresentação da folha para desenho técnico e o espaço destinado ao desenho e ao conteúdo informativo da legenda;

⁴ Refere-se às normas edilícias e urbanísticas.

⁵ Refere-se à normatização técnica para a representação gráfica de projetos arquitetônicos. Estabelece padrões que devem ser seguidos pelo arquiteto ao elaborar os documentos de representação gráfica, apresentando também algumas definições de espécies documentais.

- A NBR 10068:1987 que define os formatos e dimensões do papel a serem utilizados para registrar os desenhos, ou seja, os formatos A0, A1, A2, A3 e A4, descrevendo orientações de uso e arquivamento dos documentos elaborados;
- A NBR 13531:1995 e NBR 13532:1995 que tratam, respectivamente, da elaboração de projeto de edificações (atividades técnicas) e elaboração de projeto de edificações - arquitetura.

Seguramente, o conhecimento das disposições e normas envolvidas nas atividades arquitetônicas permite clarificar o caminho percorrido pelos documentos desde os ateliês ou escritórios de arquitetura até a fase da execução das obras. Inclusive, encontramos nas disposições algumas orientações bem claras sobre um problema frequentemente encontrado nos arquivos de arquitetura: quantidade desmedida de cópias⁶ dentro de cada projeto.

Quando abordamos tal estudo, percebemos que apesar das técnicas de representação e os suportes físicos onde são registradas as informações arquitetônicas terem evoluído, mantiveram também certa semelhança, resultando em poucas variações na estrutura do projeto de arquitetura.

A Revista *Projeto* publicou um documento básico, chamado de *Normas para Elaboração de Projetos de Edificações – Arquitetura – Procedimento*, no qual o projeto arquitetônico estaria dividido nas seguintes etapas: levantamentos, programa de necessidades, estudo de viabilidade, estudo preliminar, anteprojeto, projeto legal, projeto básico e projeto para execução (DOCUMENTO, 1989).

Em uma análise mais contemporânea, baseada em normas da ABNT, Patrícia Ferreira (2008, p. 5) descreve o projeto de arquitetura em quatro fases, cada qual, com um número crescente de documentos cada vez mais detalhados, nos quais alguns desenhos seriam apenas para fins de estudo (temporários) e, destinados à apresentação ao cliente; os para os órgãos de aprovação pública (documentos definitivos): estudo preliminar, anteprojeto, projeto de execução e projeto como construído.

O projeto de arquitetura no Brasil em geral se subdivide em três fases: estudo preliminar, anteprojeto e projeto de execução (ALBERNAZ; LIMA, 2000, p. 520).

⁶ Vale lembrar que os profissionais envolvidos no recebimento destas cópias ou originais no andamento do projeto de arquitetura são bem variados e distintos, dentre eles, clientes, construtores, desenhistas, projetistas, paisagistas, *designers*, engenheiros e, obviamente, o arquiteto.

O projeto sempre tem início com uma demanda de um cliente, sobre um programa desejado e um lugar. Desta solicitação original, da conversa entre o arquiteto e o cliente, da visita a campo e das características desse lugar, inicia-se a fase da concepção na qual são esboçadas as ideias, o partido arquitetônico da implantação do objeto no terreno, a mão livre, sem uma escala gráfica, denominados de croquis. Há os que denominam de desenho da concepção, sendo artisticamente valorizados por conter os traços iniciais de um objeto materializado com o próprio traço do autor.

A partir desses esboços ou croquis, inicia-se o processo de desenvolvimento do estudo preliminar, destinado à aprovação do cliente contendo, em geral, a planta de situação, as plantas baixas de cada pavimento, o corte longitudinal e o transversal e fachadas, acompanhados de um memorial descritivo. Esta é a fase na qual o cliente conhecerá o projeto demandado, podendo aceitá-lo na íntegra ou solicitar novas modificações, o que geralmente ocorre. A preservação da integridade arquivística dos documentos produzidos nesta fase é essencial para um estudo futuro da gênese do projeto de arquitetura, possibilitando o entendimento de como as fases subsequentes vieram a evoluir (DESAULNIERS, 2000, p. 51).

Uma vez acordado o projeto pelo cliente, inicia-se então a segunda fase do processo projetual identificado como o anteprojecto. Trata-se de uma etapa intermediária na qual são revistas as exigências, indicadas no estudo preliminar aprovado pelo cliente, redesenhadas obedecendo às normas edilícias e da ABNT para sua fase de aprovação na Prefeitura da Municipalidade. Para fase, também identificada como a do “projeto para a aprovação”, são exigidos os seguintes desenhos: planta de situação, planta dos pavimentos, dois cortes e duas fachadas.

A partir da aprovação do anteprojecto pelas autoridades municipais, ele é então enviado aos diferentes profissionais que realizarão os projetos complementares da futura construção: elétrico, hidráulico, estrutural, telefone, entre outros. Após o retorno dos projetos complementares ao escritório de arquitetura inicia-se a terceira fase ou a do projeto de execução. Nesta etapa, o anteprojecto é revisto e nele são inseridas as informações dos complementares: pilares, as tubulações hidráulicas mestras, a fim de facilitar a construção e evitar erros, bem como os detalhes principais da obra. Nesta fase é também apresentado um memorial descritivo e justificativo, especificações de materiais e de equipamentos, bem como a estimativa de custo. Para Gildo Montenegro (1997, p. 29):

O projeto completo ou projeto executivo deve ser acompanhado de detalhes construtivos (portas, janelas, balcões, armários e outros) e de especificações de materiais e de acabamentos (pisos, paredes, forros, peças sanitárias, coberta, ferragens, etc.). Com esses dados preparam-se o orçamento, o cronograma de obras, os projetos de instalações (elétrica, telefônica, hidro-sanitária, etc.), o projeto estrutural e o mais que vier a ser necessário.

Conforme mencionado acima por Montenegro (1997, p.29) há outros projetos relacionados ao projeto de arquitetura que ele denomina “projetos de instalações” e “projeto estrutural”. A professora da faculdade de arquitetura da UFRJ, Sônia Hilf Schulz, detalha ainda mais esta relação multidisciplinar, a qual resulta na produção de outros documentos, vinculados ao processo de construção de uma obra, afirmando que além do anteprojeto e projeto de execução de arquitetura, outros projetos complementares⁷ são elaborados por diversos profissionais envolvidos no empreendimento. Estes abrangem:

Estrutura, instalações hidráulicas, instalações de esgoto, instalações elétricas, instalações telefônicas, instalações de gás, sistemas de ar-condicionado, sistemas de exaustão mecânica, elevadores, escadas rolantes, instalações especiais, como por exemplo, proteção contra incêndio, acústica, sonorização, comunicação, luminotécnica, lixo, etc.), paisagismo e arquitetura de interior. (SCHULZ, 1982, p.4).

Assim, para esta autora, “o projeto de uma construção é um todo integrado, no qual a solução final para cada um de seus itens só é mostrada quando se consegue a adequação da solução de todos os demais” (SCHULZ, 1982, p. 5). No entanto, nesta relação, o arquiteto assume através do projeto de arquitetura uma posição central na coordenação, significando que em caso de divergências busca-se nos documentos produzidos por este profissional a solução e a possível adequação para o todo.

Burlamaqui (1982, p. 43) apresenta um roteiro desta coordenação exercida pelo arquiteto na obra, o qual acaba por fazer dele também o responsável por garantir a unidade documental de todo o projeto de construção e destacamos suas principais funções: a responsabilidade pela interação dos projetos complementares; o registro e lançamento de todas as informações obtidas nos desenhos iniciais e nos projetos complementares; estudo e racionalização dos desenhos definitivos; cronograma de prazos de elaboração dos desenhos e projetos; produção de desenhos definitivos, incluindo as revisões parciais e finais; nomenclaturas usadas; avaliação de custos; reuniões permanentes com os projetistas

⁷ Projetos que complementam tecnicamente o projeto de arquitetura. Variam de acordo com o caráter e a dimensão do edifício a ser executado. Usualmente, não são realizados pelo arquiteto, cabendo a profissionais especializados a sua elaboração (ALBERNAZ; LIMA, 2000, p. 520).

complementares; registros de todos os pormenores não interpretados corretamente; registro de modificações introduzidas durante a obra e lançamento das modificações da obra nos originais do projeto de execução.

Nesse ponto de vista apresentado por Schulz e Burlamaqui, os desenhos do projeto arquitetônico são usados pelos arquitetos e outros profissionais com inúmeros propósitos: desenvolver a concepção do projeto, dentro de uma proposta coerente; transmitir ideias e conceitos; convencer clientes do mérito do projeto; habilitar uma construtora a construir o empreendimento e registrar o trabalho completo ou alguma edificação já construída. Quando porventura existir uma dúvida sobre a construção, o projeto de arquitetura é o que deve ser consultado e seguido.

Basicamente, os arquitetos utilizam alguns dos tipos básicos de representação, cada um dos quais, tendo variações numerosas: plantas, fachadas, cortes, elevações, detalhes ou ampliações e perspectivas (INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES, 2000). A quantidade de informações que cada um destes documentos apresenta varia em função do objetivo de cada desenho em grau crescente de detalhamento, de acordo com fase do projeto em que esteja inserido (FERREIRA, 2008, p. 6).

O conjunto de plantas que conformam um projeto de arquitetura recebem denominações especiais, tais como: planta ou planta da edificação, planta de locação ou implantação, planta de cobertura ou do telhado, planta de situação e planta topográfica (também conhecida por levantamento topográfico).

A planta ou planta da edificação é a projeção horizontal de um plano localizado a aproximadamente 1.5 metros de altura do piso, constando a representação de todos os elementos e compartimentos da composição do projeto de arquitetura. Este documento gráfico é “o primeiro desenho realizado e é a partir dele, em maior ou menor grau, que são feitos todos os outros” (FERREIRA, 2008, p. 58).

A planta de locação refere-se à localização da fundação e dos pilares e vigas. Segundo Patrícia Ferreira (2008, p. 6) esta planta é “mais técnica, usada na construção e usualmente não é apresentada ao cliente ou aos órgãos de licenciamento da construção”. Faz parte do anteprojeto e do projeto de execução, tendo nesta última fase as informações definitivas para a obra.

A planta de cobertura é a vista da parte superior; segundo Albernaz e Lima (2000, p. 481) ela “apresenta o contorno total da edificação e tem por finalidade caracterizar o telhado e indicar o modo como as águas da chuva serão retiradas e conduzidas para o solo”.

A planta de situação apresenta a construção como um todo dentro da área de construção. Indica o terreno e seus principais acessos, definindo a posição da edificação em relação ao logradouro e aos terrenos vizinhos.

A planta topográfica representa a conformação morfológica do terreno: aclives, declives, rios, lagos, enfim, todas as condicionantes do lugar e é realizada a partir de um minucioso levantamento topográfico do terreno. Para Albernaz e Lima (2000, p. 483) “antes de iniciar o projeto arquitetônico, em terreno com declives, é indispensável ter uma planta topográfica da área de construção”.

No conjunto dos diferentes tipos de representação de um projeto, existe também a fachada que, como uma fotografia, representa o aspecto externo da edificação futura, com todos os seus detalhes: esquadrias – portas e janelas, material de revestimento, paisagismo, muros, portões, enfim, a antecipação da materialização de uma nova edificação.

De acordo com Gildo Montenegro (1997, p. 54) comumente as fachadas e as plantas “não são suficientes para mostrar as divisões internas do projeto de arquitetura”, por isso para melhor definir os espaços internos, o arquiteto cria outro documento de representação gráfica, o corte. Ele resulta do “corte da construção por um plano vertical posicionado de modo a representar detalhes internos da construção” (FERREIRA, 2008, p. 7). Os cortes representam a projeção longitudinal ou transversal de uma construção sobre o plano vertical. Nestes obtêm-se as dimensões verticais do futuro objeto, pé direito – altura interna da laje de piso à laje de teto, altura da cumeeira – altura máxima do telhado, altura de bancadas, equipamentos, das esquadrias – janelas e portas, altura entre o interior e o exterior da edificação. Em cada uma das etapas do projeto arquitetônico é exigida a apresentação de pelo menos dois cortes: um longitudinal e um transversal.

Outro documento gráfico de grande importância são as elevações, consideradas representações de vistas internas da edificação ou de elementos isolados da construção. No caso da necessidade de um maior número de informações de um elemento isolado, o arquiteto recorre à elaboração de detalhes, os quais são constituídos de plantas, cortes e da própria elevação (FERREIRA, 2008. p. 7).

Por último, a perspectiva, que representa um elemento isolado ou uma parte da edificação, o próprio edifício e o conjunto formado pelo seu entorno, de modo a apresentar o objeto arquitetônico em três dimensões. Está associada com frequência à apresentação do projeto ao cliente e em inúmeras vezes é consultada pelo pesquisador por um valor artístico intrínseco. Ela subdivide-se em perspectiva aérea, a sentimento, a voo de pássaro, axonométrica, cavaleira, isométrica, linear e panorâmica. Segundo Albernaz e Lima (2000, p. 462) estes documentos muitas vezes são integrantes do estudo preliminar e do projeto de execução.

Apesar da variedade de documentos produzidos com suas diversas siglas, notações e números recebidos no momento da sua elaboração ou durante o processo projetual, segundo Gildo Montenegro (1997, p. 84) os documentos de representação gráfica seguem uma determinada ordem natural de produção. Essa sequência seria: planta de edificação, cortes, fachadas, planta de locação, planta de cobertura e planta de situação.

É importante sublinhar que essas espécies documentais, apresentadas acima por este autor, são puros desenhos de artesanato em plena era da tecnologia, pois já existem equipamentos sofisticados que auxiliam o arquiteto a desenhar levantamentos completos, planos urbanísticos, projetos de arquitetura, apresentando os cortes, fachadas, perspectivas externas e de interiores na posição que for escolhida pelo cliente ou arquiteto, podendo até visualizar o objeto arquitetônico em movimento (MONTENEGRO, 1997, p.1).

No entanto, mesmo com estes incrementos tecnológicos, o projeto de arquitetura continua sendo fruto de uma ideia da imaginação criativa do arquiteto ao escolher entre centenas de fatores aqueles que devem prevalecer.

Esta habilidade e conhecimento serão sempre as bases para equilibrar a arte presente na arquitetura e a influência das ciências tecnológicas no projeto. Criar uma planta está ao alcance de diversos profissionais através do computador, no entanto, “um projeto é uma coisa mais séria e o arquiteto – ainda que tenha muita experiência e capacidade – precisa parar, pesquisar, pensar, imaginar, riscar, discutir e tornar a riscar, duas, três, dez, vinte vezes [...] (MONTENEGRO, 1997, p. 28). Desta forma, a figura do arquiteto é indispensável para a implementação e futura execução do projeto arquitetônico e suas ações são de grande interesse para o arquivista, o qual deve ser o responsável pela organização dos documentos por ele produzidos no decurso de seu ofício.

Finalmente, após apresentar o projeto arquitetônico, descrevendo como é concebido, planejado, executado e coordenado pelo arquiteto, apontando também como esse processo influencia a produção documental, podemos afirmar como salienta Gildo Montenegro (1997 p. 28) que os documentos constituintes do projeto não seriam apenas uma “coleção de plantas” em um sentido genérico; afirmação esta, que corrobora o ponto de vista de Carrascal Simon e Gil Tort (2008, p.18) e Manuel Blanco (2004, p. 297) que defendem que esses documentos seriam integrantes de uma unidade arquivística e orgânica.

Partindo desse pressuposto de unidade documental arquivística indivisível e orgânica do projeto, os arquivos de arquitetura estariam sujeitos também a alguns modelos de tratamento, consoante ao exemplo de outros tipos documentais que são estudados e organizados pela arquivística. Assim, alguns modelos são apresentados por Conde Villaverde (2004a), os quais incidem no tratamento técnico-arquivístico desses arquivos especializados.

4 MODELOS DE TRATAMENTO ARQUIVISTICO DOS ARQUIVOS DE ARQUITETURA

Conde Villaverde (2004a) apresenta dois modelos de tratamento arquivístico em arquivos de arquitetura: o primeiro, norte-americano, baseado na organização de documentos acumulados através de um processo temático, prevalecendo o caráter artístico em detrimento de quem produziu, de como produziu e onde produziu os documentos, estabelecendo coleções temáticas ao invés de fundos arquivísticos. O segundo modelo, de origem europeia, baseado na organização documental através da análise das funções e competências da instituição ou pessoa que produziu os documentos, realizando tarefas de identificação dos tipos documentais e do órgão produtor; modelo este, que fundamenta-se no estabelecimento de fundos arquivísticos e no respeito à ordem original dos documentos.

Nessa perspectiva, ao analisar alguns projetos de organização documental, apresentados no I Congresso Internacional de Arquivos de Arquitetura na Espanha, foi possível clarificar quais são os critérios adotados na organização e que tipo de modelo refere-se.

O Arquivo de Arquitetura e Construção da Universidade de Porto Rico em associação com a Universidade de Pensilvânia nos Estados Unidos apresenta os resultados da

organização do primeiro e único repositório especializado na conservação do patrimônio documental arquitetônico de Porto Rico, compreendido no período de 1898 até os dias atuais. Segundo Enrique Vivoni Farage, diretor deste arquivo:

Não nos custou demasiadamente desenvolver manuais de procedimento para o ordenamento e descrição de nosso material. Para os registros arquitetônicos que careciam de qualquer ordem, bastava estudar como um estudo de arquitetura determinado havia gerado um projeto para verificar a ordem original de todos os desenhos. (VIVONE FARAGE, 2004, p. 337).

Embora, em um primeiro momento, Vivone Farage ressalte a importância da ordem original dos projetos arquitetônicos, os resultados apresentados deste trabalho, mais adiante, neste congresso, parecem ter sido baseados em uma ordem temática que formariam as “coleções” do arquivo. “[...] Nos dedicamos a explorar teorias arquitetônicas em busca de um marco conceitual que nos ajudasse a ordenar e descrever esse material” (VIVONE FARAGE, 2004, p. 338). Esse marco teórico baseou-se nos elementos que está composta toda matéria de um edifício: situação, área, divisão, parede, cobertura e espaço, bem como no uso de um *thesaurus* de arte e arquitetura como ferramenta hierárquica de organização de massa documental acumulada, estabelecendo grandes temas em detrimento da identificação do organismo produtor e do contexto arquivístico. Evidentemente, esse processo de organização enquadra-se no que Conde Villaverde chamou de modelo norte-americano.

O outro modelo de tratamento de documentos de arquitetura, classificado por Conde Villaverde como de origem europeia, foi apresentado neste mesmo congresso sob a forma de artigo, sintetizando o processo de organização implementado pela autora no *Archivo General de la Administración* da Espanha:

A vinculação de cada documento com seu entorno direto converterá em um eixo prioritário e essencial de todo o processo de tratamento, a identificação (do sujeito produtor, do contexto funcional, etc.) cujos resultados, a relação de todas as séries que compõem cada fundo, representadas de forma estruturada no quadro de classificação, será o ponto de partida das demais etapas da metodologia arquivística – avaliação, descrição e disseminação.(CONDE VILLAVERDE, 2004a, p. 125).

Dentre os objetivos do tratamento arquivístico, relacionados a este modelo adotado na Espanha e aplicados por Conde Villaverde, destacam-se: a preservação das provas dos métodos de trabalho do arquiteto e identificação dos tipos documentais (inclusive o suporte e mídia onde está registrada a informação) que foram produzidos no decurso das atividades e funções do produtor.

A partir destas reflexões teóricas apresentadas sobre os arquivos de arquitetura, bem como pelo procedimento metodológico adotado nesta pesquisa, nos permitiram revelar as premissas que fundamentam a importância dos arquivos de arquitetura para a sociedade, ratificando que a interdisciplinaridade seja uma estratégia a ser pactuada entre os profissionais envolvidos neste campo específico. Assim, apresentamos algumas considerações observadas ao longo do desenvolvimento deste trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos a pesquisa descrevendo como os documentos arquitetônicos surgiram, demonstrando que a arquitetura está interligada em suas origens às disciplinas que lidam com a informação. Contudo, é somente após a Segunda Guerra Mundial que ocorre um estreitamento das relações interdisciplinares entre a arquitetura e a arquivística, principalmente por estímulos de alguns fatores: aumento do volume documental devido aos desenvolvimentos tecnológicos dos meios de comunicação e transmissão de dados, novas técnicas de elaboração dos documentos, necessidade de garantir a conservação dos documentos e necessidade de métodos mais eficazes para o tratamento arquivístico.

As reflexões em torno dos conceitos e problemas vivenciados nos arquivos de arquitetura começaram a se tornar mais dinâmicos somente a partir da segunda metade da década de 1980, principalmente sob a forte influência do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) que cria a Seção de Arquivos de Arquitetura (SAR).

No Brasil, a busca por soluções conjuntas de arquitetos e arquivistas para as questões de produção, acumulação e organização documental se intensificaram nos anos de 2000 com a publicação de artigos, criação de encontros e seminários organizados por instituições públicas arquivísticas e universidades, culminando com a criação em 2006 da *Câmara Setorial de Arquivos de Arquitetura, Engenharia e Urbanismo* do Conselho Nacional de Arquivos.

Ao analisar os atores e contribuintes envolvidos na gênese e acumulação documental, esta pesquisa não se destinou só a compreender as questões estruturais envolvidas nos processos de produção, mas também em uma perspectiva de totalidade, num processo de envolvimento social entre vários profissionais com interesses legítimos na organização e disseminação de informações arquitetônicas e de construção civil em geral.

Não podemos desconsiderar a importância dispensada pela arquitetura à documentação gráfica e cartográfica que é verdadeiramente importante fonte de informação para toda a nossa sociedade, mas que não são facilmente acessíveis pelo arquivista, menos por dificuldades de acesso físico que por dificuldade de interpretação de sua linguagem e símbolos específicos.

Creemos que o modo de representação dos documentos de arquitetura são características expressivas de uma consciência estética ou de um pensamento. Mas, sobretudo, uma linguagem própria que cria uma realidade documental específica, que se manifesta de modo único. Assim, vislumbramos que os estudos que envolvem a gênese documental possibilitam um processo investigativo amplo de reconhecimento de todo contexto de produção, necessário a amparar a execução de funções arquivísticas.

Temos que reconhecer que, embora a maior parte dos arquivistas já tenha se deparado com estes documentos, seja em um contato com alguma *planta*, no sentido genérico, seja através de algum processo administrativo que no seu interior existam outras espécies relacionadas à atividade arquitetônica, sem o conhecimento da sua estrutura semântica ou de como se divide o projeto arquitetônico, que ao nosso ver é a *pedra de toque* desses arquivos, dificilmente obterá êxito em seu trabalho organizativo.

Enfim, buscamos neste trabalho de pesquisa refletir a partir de pontos de vista da arquivística e da arquitetura, sobre metodologias, modelos de tratamento e concepções teóricas compartilhadas, e às vezes, antagônicas, que nos fundamentaram e permitiram ter uma visão ampla sobre o processo de constituição e acumulação dos arquivos de arquitetura. A partir disso, notamos alguns aspectos conceituais que atestam a necessidade destas ciências manterem uma maior aproximação e interdisciplinaridade, capaz de permitir soluções conjuntas e, portanto, mais eficazes para os problemas de organização arquivística de um objeto de interesse para toda nossa sociedade.

Não foi nossa pretensão tentar esgotar um tema tão vasto e complexo ou pormenorizar todos os aspectos que envolvem os arquivos de arquitetura. O nosso propósito foi bem mais modesto: apresentar com clareza e fundamentos conceituais mais uma contribuição teórica para o desenvolvimento da arquivística, da própria arquitetura, bem como da ciência da informação.

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário ilustrado de arquitetura**. 2. ed. São Paulo: ProEditores, 2000. 670 p. il.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. (Publicações Técnicas, 51)

AZEVEDO, Marlice Nazareth Soares de. Una visión preliminar de la situación de los archivos brasileños de arquitectura, ingeniería y urbanismo - un nuevo campo de estudio. IN: CURRENT issue of Comma: architectural records. **International Journal on Archives - COMMA**, Paris, 2010.

BLANCO, Manuel. Los archivos de Arquitectura. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS DE ARQUITECTURA, 1, 2004, Alcalá de Henares, ESP. **Comunicaciones y documentos...** [S. l. : s.n.], 2003, p. 5-11.

_____. Documenting architecture through archives: the avery model. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS DE ARQUITECTURA, 1, 2004, Alcalá de Henares, ESP. **Archivos de arquitectura: documentos para el debate...** [S. l. : s.n.], [s.d.]. p. 297-301.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Portaria nº 80 de 13 de junho de 2006. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 jun. 2006.

BURLAMAQUI, Ulysses P. **Arquitetura: espaços, uma metodologia para o projeto**. Rio de Janeiro: Central de Publicações FAU-UFRJ, 1982.

CAMARGO, A. M. D. A.; BELLOTTO, H. L. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996. 142p.

CARRASCAL SIMON, Andreu; GIL TORT, Rosa Maria. **Los documentos de arquitectura y cartografía: qué son y cómo se tratan**. Gijón: Ediciones Trea, 2008. 147 p.

CASTRIOTA, Leonardo Barci et al. Rede Latino-americana de Acervos de arquitetura (RELARQ): as dimensões do arquivo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO - ENANPARQ, 1., 2010, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: [s.n.], 2010. Disponível em: <<http://www.anparq.org.br/congressos/index.php/ENANPARQ/1ENANPARQ/paper/downloadSuppFile/107/456>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

CONDE VILLAVERDE, Maria Luisa; VIEIRA, João. Introducción. **International Journal on Archives - COMMA**, Paris, 2010.

<http://www.ucm.es/> CONDE VILLAVERDE, Maria Luisa. Los modelos europeo y americano en el tratamiento de la documentación arquitectónica: Los archivos estatales y las colecciones. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS DE ARQUITECTURA, 1, 2004,

Alcalá de Henares, ESP. **Actas del I Congreso Internacional de Archivos de Arquitectura...** Alcalá de Henares: Tf editores, 2004a. p. 126-129.

_____. El Archivo General de la Administracion: una experiencia de tratamiento de grandes volúmenes de series documentales de arquitectura, urbanismo e ingeniería, en la etapa contemporánea. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS DE ARQUITECTURA, 1, 2004, Alcalá de Henares, ESP. **Actas del I Congreso Internacional de Archivos de Arquitectura...** Alcalá de Henares: Tf editores, 2004b. p. 129-141.

CRUCES BLANCO, Esther. El necesario conocimiento de cómo los documentos de arquitectura y de ingeniería han sido producidos a lo largo del tiempo: una base de datos de normativa. **International Journal on Archives - COMMA**, Paris, 2010.

DESAULNIERS, Robert. Appraisal, selection, and disposition. In: INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **A guide to the archival care of architectural records: 19th-20th centuries**. Paris: International council on archives, 2000. p. 49-63. Disponível em: <<http://www.ica.org/>> Acesso em: 03 jul. 2011.

DOCUMENTO básico: normas para elaboração de projetos de edificações – arquitetura – Procedimento. **Revista Projeto**, São Paulo, n. 125, set. 1989.

FERREIRA, Patrícia. **Desenho de arquitetura**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2008, 134 p.

FILLION, Chantale. Os tipos e os suportes de arquivo. In: ROSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol; DUCHARME, J. et. al. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998. Cap. 8, p. 227-243.

GUTIÉRREZ, Ramón. Os arquivos de arquitetura no contexto latino-americano. **Vitruvius**, São Paulo, jan. 2001. Não paginado. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.008/933/pt>>. Acesso em: 05 maio 2011.

INFORMATIVO da Associação dos Arquivistas brasileiros. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas brasileiros, ano 15, n. 01, jan./jun. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Glossário cartográfico**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/glossario/glossario_cartografico.shtm/>. Acesso em: 10 jan. 2012.

INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **A guide to the archival care of architectural records: 19th-20th centuries**. Paris: International council on archives, 2000. p. 21-40. Disponível em: <<http://www.ica.org/>> Acesso em: 03 jul. 2011.

MONTENEGRO, Gildo. **Desenho Arquitetônico**. 3. ed. São Paulo: Edgard Blücher, 1997.

NIEUWENHUYUSEN, Andrée Van; PEYCERÉ, David. Types of Architectural Records. In: INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **A guide to the archival care of**

architectural records: 19th-20th centuries. Paris: International council on archives, 2000. p. 21-40. Disponível em: <<http://www.ica.org/>> Acesso em: 03 jul. 2011.

RECOMENDACIONES. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS DE ARQUITECTURA, 1, 2004, Alcalá de Henares, ESP. **Actas del I Congreso Internacional de Archivos de Arquitectura...** Alcalá de Henares: Tf editores, 2004.

SÁNCHEZ PRIETO, Ana Belén. Aportación de la paleografía y la diplomática las ciencias de la documentación, la filología y la archivística. In: CONGRESO UNIVERSITARIO DE CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN, 1, 2000, Madrid, ESP. **Libro de actas...** Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2000. Disponível em: <http://www.ucm.es/info/multidoc/multidoc/revista/num10/paginas/pdfs/absanchez.pdf/> Acesso em: 25 jun. 2011.

SCHULZ, Sônia Hilf. **Planejamento de arquitetura VII.** Rio de Janeiro: Central de Publicações FAU-UFRJ, 1982.

SILVA, Armando B. Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação.** Porto: Edições Afrontamento, 1999.

VIVONE FARAGE, Enrique. Organización y descripción. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS DE ARQUITECTURA, 1, 2004, Alcalá de Henares, ESP. **Actas del I Congreso Internacional de Archivos de Arquitectura...** Alcalá de Henares: Tf editores, 2004. p. 387-396.